

CARTA AOS PARLAMENTARES DE SÃO PAULO Pelo SUS, contra o Arcabouço Fiscal!

Nós, dirigentes do Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo (Simesp), repudiamos a proposta do novo regime fiscal, Projeto de Lei Complementar (PLP) 93/2023, chamado pelo governo federal de “Arcabouço Fiscal” e aprovado na Câmara dos Deputados no dia 24 de maio, que segue para votação no Senado. Demandamos aos parlamentares da Câmara e do Senado que rejeitem essa reformulação do Teto de Gastos de Temer por seguir o mesmo princípio de austeridade fiscal. O Arcabouço compreende a busca de superávit primário e a priorização do pagamento da dívida pública em detrimento da garantia de serviços públicos, colocando em risco, inclusive, a universalidade, integralidade e equidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

O teto de gastos do governo Lula limita drasticamente o crescimento nas despesas a cada ano em no máximo 2,5%. Isto significa que o máximo de incremento será inferior ao dos governos anteriores, que já eram insuficientes. A princípio, assim seriam poupados os mínimos constitucionais (em Saúde, Educação, Previdência, etc.). Contudo, o governo já anunciou o envio de uma Proposta de Emenda Constitucional para revisão desses pisos no 2º semestre de 2023.

Para substituir a já desmoralizada política fiscal de Temer, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, propõe muito menos do que se espera de um governo que afirma querer “colocar o pobre no orçamento”. Baseado em premissas neoliberais, o Projeto reforça as ideias já testadas e fracassadas de austeridade fiscal, buscando a atração de investimentos privados ao ceder às chantagens de banqueiros, especuladores nacionais e internacionais. O brasileiro, que já convive com serviços públicos precários e frequentemente sufocados por interesses privados, verá a piora deste quadro se o novo marco fiscal for implementado.

Como médicas e médicos, preocupa-nos a grave piora na qualidade de serviços públicos que a aprovação do Arcabouço anunciaria. O SUS e os trabalhadores nele empenhados vêm sendo vítimas de graves ataques, aprofundados pelo marco fiscal de 2016, com subfinanciamento, restrições a concursos públicos e terceirizações.

Nós do Simesp vemos diariamente as consequências da gestão do SUS por entidades privadas, com a imposição de vínculos trabalhistas precários, falta de insumos, contratações insuficientes e a aplicação de metas de produtividade que comprometem a qualidade da assistência à saúde. A negociação que ocorre atualmente no Congresso ameaça gravemente os serviços de saúde que serão prestados à população brasileira, com consequências para as próximas gerações.

O novo Arcabouço Fiscal vai contra os interesses do povo, que precisa de serviços públicos de qualidade. Contamos com seu posicionamento contrário a esse ataque às políticas públicas e ao SUS!

São Paulo, 5 de junho de 2023

Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo (Simesp)